



TRIBUNAL DE CON

SIMULADO ESPECIAL

TCE GO

Técnico De Controle Externo
Especialidade: Técnico Administrativo
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TCE-GO**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QCrodLpKEEAcopoNA>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/4674nv>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/4AU4mya>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões 01 a 10****Sozinhos**

Esta idéia para um conto de terror é tão terrível que, logo depois de tê-la, me arrependi. Mas já estava tida, não adiantava mais. Você, leitor, no entanto, tem uma escolha. Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim e provavelmente nunca mais dormir. Vejo que decidi continuar. Muito bem, vamos em frente. Talvez, posta no papel, a idéia perca um pouco do seu poder de susto. Mas não posso garantir nada. É assim: Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma discussão antiga. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.

- Ronca.

- Não ronco.

- Ele diz que não ronca - comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa.

Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam. Os netos, nunca. A empregada vem de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo. Ficam os dois sozinhos. - Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer - diz ela. E em seguida tem a idéia infeliz. - É o que eu vou fazer! Esta noite, quando você dormir, vou ligar o gravador e gravar os seus roncos. - Humrfm - diz o velho. Você, leitor, já deve estar sentindo o que vai acontecer. Pare de ler, leitor. Eu não posso parar de escrever. As idéias não podem ser desperdiçadas, mesmo que nos custem amigos, a vida ou o sono. Imagine se Shakespeare tivesse se horrorizado com suas próprias idéias e deixado de escrevê-las, por puro comedimento. Não que eu queira me comparar a Shakespeare. Shakespeare era bem mais magro. Tenho que exercer este ofício, esta danação. Você, no entanto, não é obrigado a me acompanhar, leitor. Vá passear, vá tomar um sol. Uma das maneiras de controlar a demência solta no mundo e deixar os escritores falando sozinhos, exercendo sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário. Você ainda está lendo. Você é pior do que eu, leitor. Você tinha escolha.

Luiz Veríssimo.

Luis Fernando Veríssimo

1. Segundo o texto, o narrador se arrependeu da ideia para o conto de terror assim que a teve, mas, ainda assim, decidiu escrevê-la porque:

- a) acredita que o arrependimento é passageiro e que, com o tempo, a ideia perderá seu caráter terrível.
- b) compreende que a ideia já foi tida e não adiantava mais arrependê-la, e sustenta que as ideias não podem ser desperdiçadas, mesmo quando custam amigos, a vida ou o sono.
- c) espera que o leitor interrompa a leitura, o que o liberaria da obrigação de concluir o conto.
- d) considera que o terror de sua ideia é inferior ao de qualquer ideia de Shakespeare, o que a torna inofensiva.
- e) deseja que o leitor nunca mais durma, pois essa é a finalidade declarada de sua escrita.

2. No segmento "— Ele diz que não ronca — comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa. Mas não existe outra pessoa na casa", a ironia da passagem deriva de:

- a) a terceira pessoa, embora ausente fisicamente, responde ao comentário da velha, confirmando o ronco do marido.
- b) o comentário da velha dirige-se a um interlocutor inexistente, evidenciando que a solidão do casal é tão absoluta que ela transfere a conversa a um ouvinte imaginário.
- c) a velha sabia que alguém os escutava, mas fingia falar sozinha para enganar o marido.
- d) o gravador, ligado por ela, constituía a "terceira pessoa" a quem o comentário se destinava.
- e) o narrador, que ouve tudo, é a terceira pessoa mencionada, e o comentário revela que ela sabia da sua presença.

3. No segmento "Tenho que exercer este ofício, esta danação", a expressão "esta danação" qualifica o ofício de escritor como:

- a) atividade prazerosa e voluntária, da qual o narrador poderia abrir mão a qualquer momento sem prejuízo.
- b) passatempo ocasional, exercido apenas quando o narrador dispõe de lazer e tranquilidade.
- c) profissão remunerada e estável, que garante ao narrador sua subsistência material.
- d) castigo externo imposto por terceiros, que obrigam o narrador a escrever contra sua vontade declarada.
- e) condenação compulsória: o narrador escreve por imposição interna que não admite recusa, ainda que a atividade lhe custe o sono, os amigos ou a paz.

4. No que se refere à estrutura argumentativa do texto, é correto afirmar que:

- a) o texto é um conto de terror convencional, em que a narrativa dos fatos se desenvolve linearmente até o desfecho assustador, sem interferência do narrador no enredo.
- b) o texto organiza-se como um diálogo teatral entre o casal de velhos, sem qualquer mediação narrativa ou reflexão do cronista.
- c) o texto é um ensaio literário que analisa tecnicamente a obra de Shakespeare, usando o casal de velhos apenas como ilustração biográfica.
- d) o texto defende que os escritores devem suprimir suas ideias terríveis, por responsabilidade moral para com os leitores.
- e) o texto é uma crônica metaficcional: o narrador interrompe a própria narrativa para dialogar com o leitor, refletir sobre o ofício de escrever e comentar o ato de narrar, alternando a história do casal com a metadiscursividade sobre a escrita.

5. Na frase "— Ele diz que não ronca — comenta ela, impaciente, **como se falasse com uma terceira pessoa**", substituindo-se o segmento em destaque, mantém-se o sentido original e a correção gramatical em:

- a) como se estivesse falando com uma terceira pessoa.
- b) como se fala com uma terceira pessoa.
- c) como se falava com uma terceira pessoa.
- d) como se falar com uma terceira pessoa.
- e) como se falasse a uma terceira pessoa.

6. Na frase "Uma das maneiras de controlar a demência solta no mundo e deixar os escritores falando sozinhos, **exercendo sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário**", desenvolvendo a oração reduzida, mantém-se o sentido e a correção gramatical em:

- a) que exercem sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário.
- b) exercidos sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário.
- c) exercendo eles sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário.
- d) exercerem sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário.
- e) exercida sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário.

7. Considere a seguinte frase do texto: "As idéias não podem ser desperdiçadas, mesmo que nos custem amigos, a vida ou o sono."

Justifica-se plenamente o emprego do plural na forma verbal "podem" e no particípio "desperdiçadas" porque o sujeito da oração:

- a) é composto e anteposto ao verbo, formado pelos núcleos "idéias" e "amigos".
- b) é simples, tendo como único núcleo "idéias", anteposto ao verbo, e o particípio "desperdiçadas" concorda com esse sujeito feminino e plural.
- c) é simples, tendo como único núcleo "idéias", e o plural do verbo decorre da concordância atrativa com "amigos, a vida ou o sono".
- d) é composto e posposto ao verbo, formado pelos núcleos "idéias" e "sono".
- e) é indeterminado, e o plural do verbo é decorrência da partícula passivadora "se".

8. Está inteiramente correta a frase:

- a) Fazem-se necessários gravadores de som na casa do casal, dado as repetidas discussões sobre os roncos do velho.
- b) A ideia terrível do narrador e a advertência ao leitor constitui os dois eixos da crônica de Luis Fernando Verissimo.
- c) Os filhos raramente visitam o casal e os netos nunca o fazem, de modo que os velhos ficam sozinhos na casa.
- d) Uma das maneiras de controlar a demência solta no mundo e deixar os escritores falando sozinhos são o convite ao leitor para passear e tomar um sol.
- e) Talvez, posta no papel, a ideia perde um pouco do seu poder de susto, mas o narrador não pode garantir nada.

9. Está inteiramente correta a frase:

- a) A velha ameaçou gravar os roncos do marido, a fim de convencê-lo de que ele roncava, mas este permaneceu indiferente à provocação.
- b) O narrador advertiu o leitor de que a ideia era terrível e o convidou à abandonar a leitura, caso preferisse poupar-se.

c) O velho negou-se à gravar os roncos que a esposa atribuía-lhe, dizendo que era mentira o que ela afirmava à respeito.

d) A ideia de gravar os roncos surgiu à velha de súbito e ela comunicou-lhe ao marido naquela mesma noite, à espera de que ele dormisse.

e) O narrador compara-se à Shakespeare, reconhecendo, porém, que o dramaturgo inglês era bem mais magro do que ele.

10. No segmento "Você é pior do que eu, leitor.", o uso da vírgula se justifica por se tratar de:

- a) aposto explicativo
- b) adjunto adnominal
- c) adjunto adverbial
- d) vocativo
- e) partícula expletiva

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

11. Em certo município, o valor mensal da conta de água de um imóvel comercial é calculado da seguinte forma:

- valor fixo de R\$ 48,00, que cobre um consumo de até 10 m³;
- R\$ 6,50 por metro cúbico consumido acima de 10 m³ e até 25 m³;
- R\$ 9,20 por metro cúbico consumido acima de 25 m³.

Em abril, o consumo de água de um escritório foi de 22 m³ e, em maio, foi de 31 m³.

O valor da conta de maio superou o valor da conta de abril em

- a) R\$ 82,80.
- b) R\$ 74,70.
- c) R\$ 58,50.
- d) R\$ 115,20.
- e) R\$ 72,00.

12. Um tribunal de contas utiliza três robôs que fazem varreduras em bases de dados públicas: o robô de licitações é executado a cada 12 horas; o de contratos, a cada 15 horas; e o da folha de pagamento, a cada 20 horas. Às 21h de uma segunda-feira, os três robôs foram executados simultaneamente.

Mantidos esses intervalos, a próxima execução simultânea dos três robôs ocorrerá na

- a) quarta-feira, às 9h.
- b) quinta-feira, às 21h.
- c) quinta-feira, às 9h.
- d) quarta-feira, às 21h.
- e) terça-feira, às 9h.

13. Um técnico precisa arquivar 252 ofícios, 378 memorandos e 504 relatórios em pastas, respeitando as seguintes regras:

- cada pasta deve conter documentos de um único tipo;
- todas as pastas devem conter a mesma quantidade de documentos;
- nenhuma pasta pode conter mais de 50 documentos.

Sabendo-se que todos os documentos serão arquivados e que o técnico utilizará o menor número possível de pastas, o número de pastas utilizadas será

- a) 23.
- b) 9.
- c) 42.
- d) 27.
- e) 25.

14. Um tribunal de contas ofereceu um curso de capacitação a distância para servidores públicos. Dos inscritos, $\frac{1}{10}$ não acessou a aula inaugural e, por isso, teve a inscrição cancelada. Dos que permaneceram no curso, $\frac{1}{3}$ desistiu antes do término e, dos que chegaram ao final do curso, $\frac{1}{6}$ não atingiu a nota mínima exigida para a certificação.

Sabendo-se que 300 servidores obtiveram o certificado, o número de servidores que se inscreveram no curso era

- a) 750.
- b) 600.
- c) 400.
- d) 540.
- e) 500.

15. Um prêmio de produtividade no valor de R\$ 13.200,00 será repartido entre os técnicos Lúcia, Marcos e Rogério em partes diretamente proporcionais ao número de processos que cada um analisou no semestre e inversamente proporcionais ao tempo médio, em horas, que cada um levou para analisar um processo. Os dados de cada técnico estão na tabela a seguir.

Técnico	Processos analisados	Tempo médio por processo (em horas)
Lúcia	36	4
Marcos	48	6
Rogério	60	12

Nessas condições, a maior das três partes do prêmio é igual a

- a) R\$ 5.400,00.
- b) R\$ 6.600,00.
- c) R\$ 3.000,00.
- d) R\$ 8.250,00.
- e) R\$ 5.500,00.

16. Uma equipe de 10 técnicos, trabalhando 6 horas por dia, foi designada para digitalizar o acervo de processos físicos de um órgão público, e o planejamento previa a conclusão do trabalho em 20 dias. Após 8 dias de trabalho, cumpridos conforme o planejado, 4 técnicos foram remanejados para outro setor, e os técnicos que permaneceram na equipe passaram a trabalhar 8 horas por dia.

Considerando que todos os técnicos têm a mesma produtividade, o número total de dias necessários para a digitalização do acervo, contados desde o início do trabalho, foi

- a) 17.
- b) 25.
- c) 15.
- d) 28.
- e) 23.

17. Em 2024, o valor mensal de um contrato de manutenção predial foi reajustado em 16%. Em 2025, após uma renegociação, o valor mensal passou a ser 20% menor do que o valor reajustado em 2024. Para 2026, pretende-se que o valor mensal volte a ser exatamente igual ao que era antes do reajuste de 2024.

Para que isso ocorra, o valor mensal praticado em 2025 deverá sofrer um acréscimo percentual compreendido entre

- a) 6,0% e 6,5%.
- b) 8,0% e 8,5%.
- c) 7,5% e 8,0%.
- d) 7,0% e 7,5%.
- e) 6,5% e 7,0%.

18. Na biblioteca de um órgão público, há duas estantes, A e B, com livros. Se 15 livros da estante A forem transferidos para a estante B, as duas estantes ficarão com o mesmo número de livros. Se, em vez disso, 12 livros da estante B forem transferidos para a estante A, a estante A ficará com o dobro do número de livros da estante B.

O número total de livros nas duas estantes é

- a) 162.
- b) 117.
- c) 96.
- d) 114.
- e) 69.

19. O relógio da sala da casa de Otávio funciona normalmente, mas não está acertado com o horário correto. Certo dia, Otávio saiu de casa quando esse relógio marcava 6h52 e chegou ao trabalho quando o relógio de ponto eletrônico, que marca o horário correto, registrava 7h25. À tarde, Otávio saiu do trabalho quando o relógio de ponto registrava 16h40 e, ao entrar em casa, viu que o relógio da sala marcava 17h29. Sabe-se que, nesse dia, o trajeto de volta para casa durou 6 minutos a mais do que o trajeto de ida para o trabalho.

Nessas condições, no instante em que Otávio entrou em casa, o horário correto era

- a) 17h21.
- b) 17h29.
- c) 17h18.
- d) 17h24.
- e) 17h34.

20. Os técnicos Alice, Bento, Cíntia e Davi visitaram, cada um, um município goiano diferente, dentre Anápolis, Catalão, Jataí e Rio Verde, para inspecionar obras executadas com recursos estaduais. Questionados sobre essas visitas, eles fizeram as seguintes afirmações:

- Alice: "Se Bento visitou Catalão, então Davi visitou Anápolis."
- Bento: "Eu não visitei Anápolis nem Jataí."
- Cíntia: "Eu visitei Rio Verde."
- Davi: "Fui eu quem visitou Rio Verde."

Sabe-se que exatamente um deles mentiu e que os outros três disseram a verdade.

Nessas condições, os municípios visitados por Alice e por Davi foram, respectivamente,

- a) Anápolis e Jataí.
- b) Catalão e Anápolis.
- c) Jataí e Rio Verde.
- d) Anápolis e Rio Verde.
- e) Jataí e Anápolis.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS)

Herbert Almeida

21. No julgamento de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), o Relator verificou, nos autos, a prática de ato de gestão antieconômico do qual resultou dano ao erário. Considerando a disciplina da Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica do TCE/GO) e do Regimento Interno do Tribunal sobre as decisões em processo de tomada ou prestação de contas, assinale a alternativa correta.

- a) Rejeitadas as alegações de defesa, o responsável será intimado para recolher a importância devida em novo e improrrogável prazo de quinze dias, cabendo, dessa rejeição, recurso de reconsideração.
- b) Reconhecida a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, devendo o Tribunal julgar as contas regulares e dar quitação plena ao responsável.

c) Havendo débito, o Relator ou o Tribunal deverá ordenar a citação do responsável para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa ou recolha a quantia devida, podendo ainda adotar ambas as providências.

d) O responsável que não atender à citação será considerado revel, ficando o processo suspenso até que seja realizada nova citação por edital.

e) Considera-se definitiva a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas.

22. Acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), publicado no Diário Eletrônico do Tribunal, julgou irregulares as contas de determinado gestor em processo de prestação de contas. O gestor deixou escoar o prazo do recurso de reconsideração e, oito meses após o término desse prazo, protocolou o recurso, alegando fatos novos supervenientes ao julgamento e juntando documentos que os comprovam. Considerando o regime recursal previsto na Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica do TCE/GO) e no Regimento Interno do Tribunal, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso poderá ser conhecido, em razão da superveniência de fatos novos, por ter sido apresentado dentro de um ano do término do prazo ordinário, mas não terá efeito suspensivo.
- b) O recurso não poderá ser conhecido, pois a intempestividade é óbice absoluto ao conhecimento de qualquer recurso no âmbito do Tribunal.
- c) O recurso poderá ser conhecido e, por se tratar de reconsideração, terá efeito suspensivo sobre a totalidade do acórdão recorrido.
- d) O único instrumento cabível é o pedido de revisão ao Plenário, que deve ser apresentado em até dois anos e suspende a execução do acórdão.
- e) A Procuradoria-Geral de Contas não possui legitimidade para pedir a revisão do acórdão, instrumento reservado à parte e a seus sucessores.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

23. Considerando as disposições da Constituição do Estado de Goiás sobre o sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas do Estado é o órgão central do sistema, contando com o auxílio da Assembleia Legislativa.
- b) A Assembleia Legislativa é o órgão central do sistema, contando com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- c) O Poder Executivo é o órgão central do sistema, contando com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- d) O Tribunal de Contas do Estado coordena o sistema, com participação dos órgãos de controle interno de cada Poder.
- e) A Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado exercem conjuntamente a função de órgão central do sistema.

24. Considerando as disposições constitucionais relativas à apreciação das contas anuais dos Prefeitos pelos Municípios, assinale a alternativa correta.

- a) O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios somente poderá ser afastado pelo voto da maioria absoluta da Câmara Municipal.
- b) O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios poderá ser rejeitado por decisão da maioria simples dos vereadores.
- c) O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) A Câmara Municipal poderá afastar o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios por maioria de três quintos de seus membros.
- e) O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios possui caráter definitivo e não poderá ser afastado pela Câmara Municipal.

25. Nos termos do Código de Ética dos Servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, assinale a alternativa INCORRETA acerca das situações que configuram conflito de interesses no exercício de cargo ou função no âmbito do Tribunal de Contas:

- a) Configura conflito de interesses exercer atividade que prejudique ou impeça a realização das tarefas atinentes ao cargo ou função pública, inclusive quando afete o cumprimento do horário de trabalho, das regras de teletrabalho ou das metas individuais de desempenho.
- b) Configura conflito de interesses divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, obtida em razão das atividades exercidas, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- c) Configura conflito de interesses participar de fiscalização ou de instrução de processo quando estiver presente interesse próprio, de cônjuge ou de parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- d) Configura conflito de interesses atuar em processos nos quais tenha exercido anteriormente as funções de advogado, perito ou servidor do sistema de controle interno.
- e) A caracterização do conflito de interesses depende do recebimento de ganho ou retribuição pelo servidor em razão da situação que deu origem ao conflito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

26. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), ao analisar um contrato administrativo para prestação de serviços de vigilância da repartição, verificou que o prazo de vigência foi fixado inicialmente em 5 anos. Os responsáveis pela gestão do órgão contratante justificou o prazo estabelecido sob a alegação de que se trata de um serviço de natureza contínua, não se limitando à vigência anual.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em contratos de serviços contínuos, a vigência:

- a) é limitada a 4 anos.
- b) pode ser de até 60 meses, prorrogável por mais 12 meses, em caráter excepcional.
- c) pode ser de até 5 anos, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, limitada a 10 anos.
- d) limita-se ao exercício financeiro (ano civil), admitindo-se prorrogações até o limite de 60 meses.
- e) pode ser de até 10 anos, desde que previsto no edital e atestada a vantajosidade a cada prorrogação.

27. Titular de órgão da Administração Pública do Estado de Goiás está analisando recurso administrativo interposto por interessado em processo que foi decidido na última semana.

Nos termos da Lei estadual nº 13.800/2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- a) o recurso tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- b) será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão recorrida.
- c) salvo disposição legal específica, o prazo para a sua oposição é de 10 (dez) dias, contado da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, e o recurso, em regra, não tem efeito suspensivo.
- d) a autoridade competente para decidi-lo não pode, em nenhuma hipótese, agravar a situação do recorrente.
- e) a sua oposição depende de caução, salvo nos casos de reconhecida hipossuficiência do recorrente.

28. No exercício de seus poderes, a Administração Pública

- a) exerce o poder disciplinar sobre qualquer particular que descumpra norma administrativa.
- b) vale-se do poder hierárquico para delegar competências exclusivas a órgãos subordinados.
- c) utiliza o poder regulamentar para criar obrigações não previstas em lei, desde que voltadas ao interesse público.
- d) pode, no exercício da autotutela, revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, ou anulá-los, quando eivados de vício de legalidade, neste caso respeitando-se o prazo decadencial de 5 anos, como regra geral.
- e) exerce o poder de polícia sempre de forma discricionária, dada a supremacia do interesse público.

29. Considerando a disciplina legal relativa aos procedimentos auxiliares às licitações, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) No Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado o critério de maior desconto e ser utilizado para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- b) A pré-qualificação, procedimento prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto, ficará permanentemente aberta para a inscrição de interessados e poderá inclusive ser realizada em grupos ou segmentos.
- c) A utilização do credenciamento é cabível em contratações na qual o objeto tem natureza comum, viabilizando-se mediante Sistema de Compras Expressas (Sicx).
- d) O procedimento de manifestação de interesse é o procedimento no qual a Administração solicita à iniciativa privada a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.
- e) Na contratação de objetos especiais, o poder público está autorizado a exigir do licitante registro cadastral complementar para acesso aos anexos do edital licitatório.

30. Nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal e da jurisprudência dos tribunais superiores, a responsabilidade civil do Estado

- a) alcança apenas as pessoas jurídicas com personalidade de matiz pública.
- b) é objetiva quanto aos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, pautando-se pela Teoria do risco administrativo, como regra geral.
- c) nos casos de omissão estatal, exige-se sempre a demonstração do descumprimento de dever específico de agir.

d) exige, em qualquer hipótese, a demonstração de culpa do agente público causador do dano.

e) é fundada na teoria do risco integral, a qual não admite excludentes de responsabilidade ou mesmo atenuantes.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Fabiano Pereira

31. Uma autarquia estadual pretende contratar solução tecnológica destinada à modernização de seu sistema de atendimento ao público. Para subsidiar o planejamento da contratação, Marina, servidora integrante da equipe responsável, elaborou estudo técnico preliminar no qual foram incluídos: a descrição da necessidade administrativa a ser atendida; as estimativas das quantidades, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo; a estimativa do valor da contratação, com os documentos que lhe davam suporte; a justificativa para o parcelamento ou não do objeto; e o posicionamento conclusivo acerca da adequação da contratação para atendimento da necessidade identificada.

Durante a análise do documento, verificou-se que alguns dos demais elementos relacionados no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 não haviam sido inseridos. Marina, entretanto, registrou justificativas específicas para cada uma dessas ausências, explicando as razões pelas quais tais informações não se mostravam pertinentes àquela contratação.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, no que se refere ao estudo técnico preliminar e à fase preparatória da contratação, assinale a alternativa **correta**.

a) o estudo técnico preliminar deverá ser considerado incompleto, pois todos os seus elementos previstos na referida lei possuem caráter obrigatório e devem estar presentes em qualquer contratação, ainda

que alguns deles sejam incompatíveis com as características do objeto pretendido.

- b) o estudo técnico preliminar somente poderá ser considerado regular se contiver, obrigatoriamente, levantamento de mercado e descrição das contratações correlatas ou interdependentes, pois esses elementos compõem o núcleo mínimo indispensável à validade do planejamento.
- c) o estudo técnico preliminar poderá ser considerado adequado quanto à sua composição mínima, pois contém a descrição da necessidade da contratação, as estimativas das quantidades, a estimativa do valor da contratação, a justificativa para o parcelamento ou não do objeto e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação, admitindo-se a ausência dos demais elementos desde que sejam apresentadas as correspondentes justificativas.
- d) a estimativa do valor da contratação não deveria integrar o estudo técnico preliminar antes da conclusão do procedimento licitatório, uma vez que os valores somente podem ser consolidados depois da apresentação das propostas pelos licitantes.
- e) o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação possui caráter meramente facultativo, por constituir manifestação que somente deve ser formulada em momento posterior, quando da elaboração do termo de referência ou do projeto básico.

32. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, considerando as regras relativas aos critérios de julgamento das propostas, assinale a alternativa **correta**.

- a) No critério de maior desconto, o percentual oferecido pelo licitante deverá incidir exclusivamente sobre a proposta inicialmente apresentada, não alcançando posteriores alterações contratuais, uma vez que os termos aditivos constituem instrumentos juridicamente autônomos em relação ao procedimento licitatório.
- b) No julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, a Administração deverá considerar, além da qualidade técnica ou artística, o preço apresentado pelo licitante, a fim de identificar a proposta economicamente mais vantajosa mediante ponderação entre esses dois fatores.
- c) No julgamento por menor preço, os custos indiretos associados à manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto deverão obrigatoriamente compor o cálculo do menor dispêndio, ainda que não sejam passíveis de mensuração objetiva.
- d) No julgamento por técnica e preço, a classificação das propostas será definida pela maior pontuação resultante da ponderação, segundo fatores objetivos previamente estabelecidos no edital, das notas atribuídas aos aspectos técnicos e aos aspectos relacionados ao preço.
- e) O critério de maior lance poderá ser utilizado sempre que a Administração pretender maximizar sua vantagem econômica, independentemente da modalidade de licitação adotada, desde que a escolha esteja devidamente justificada no processo.

33. O Município Alfa pretende contratar Helena, cantora reconhecida regionalmente e consagrada pela opinião pública, para apresentação em evento promovido pela Administração. A contratação não será realizada diretamente com a artista, mas por intermédio da empresa Eventos Beta.

Durante a instrução do processo, Carlos, servidor responsável pela análise da contratação, constatou que a empresa apresentou declaração afirmando possuir exclusividade para representar Helena especificamente naquele evento e naquele Município. O documento, contudo, não demonstrava exclusividade permanente e contínua de representação da artista no País ou em determinado Estado.

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, a respeito das hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa **correta**.

- a) a contratação por inexigibilidade, por intermédio da empresa Eventos Beta, não se enquadra na hipótese legal apresentada, pois a representação limitada a evento ou local específico não caracteriza empresário exclusivo para os fins previstos na Lei nº 14.133/2021.
- b) a exclusividade restrita ao evento específico satisfaz a exigência legal, desde que a declaração tenha sido formalmente emitida antes da celebração do contrato e identifique expressamente o artista representado.
- c) a contratação direta poderá ser realizada porque, uma vez demonstrada a consagração da artista pela opinião pública, torna-se irrelevante a extensão temporal e territorial da exclusividade atribuída ao empresário intermediário.
- d) a contratação somente poderia ocorrer por inexigibilidade se fosse realizada diretamente com Helena, pois a Lei nº 14.133/2021 não admite contratação de profissional do setor artístico por intermédio de empresário.
- e) a inexigibilidade somente seria possível caso Helena fosse simultaneamente consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, pois a

lei exige o preenchimento cumulativo dessas duas condições.

34. O Estado Alfa pretende realizar futura licitação para contratação de determinados serviços e, antes da abertura do certame, decidiu instaurar procedimento de pré-qualificação de possíveis licitantes. Laura, integrante da comissão responsável, foi encarregada de elaborar as regras do procedimento.

Durante reunião interna, foram apresentadas diferentes propostas acerca do período de inscrição dos interessados, do prazo para análise dos documentos, da possibilidade de correção documental e da extensão dos requisitos a serem examinados.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, no que se refere ao procedimento de pré-qualificação, assinale a alternativa **correta**.

- a) as inscrições dos interessados deverão permanecer abertas apenas até o início da primeira análise documental, pois, após esse momento, novos interessados somente poderão participar mediante reabertura formal do procedimento pela Administração.
- b) os documentos apresentados pelos interessados poderão ser examinados em prazo de até trinta dias úteis, sendo vedado ao órgão ou à comissão solicitar correção ou reapresentação documental, a fim de preservar a igualdade entre os concorrentes.
- c) o procedimento deverá permanecer permanentemente aberto para inscrição de interessados, e os documentos apresentados deverão ser examinados no prazo máximo de dez dias úteis, podendo ser determinada sua correção ou reapresentação quando necessário, inclusive com vistas à ampliação da competição.
- d) a pré-qualificação deverá necessariamente examinar a totalidade dos requisitos técnicos e de habilitação exigidos na futura contratação, não

sendo admitida a realização do procedimento de forma parcial.

- e) a pré-qualificação terá validade mínima de um ano e poderá superar o prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados, desde que a Administração determine sua atualização posteriormente.

35. O Estado Alfa, por meio de sua Secretaria de Administração, elaborou o planejamento anual de contratações para o exercício seguinte, no qual constam, entre outras, as seguintes demandas: a alienação de veículos oficiais considerados inservíveis; a seleção de projeto arquitetônico para a nova sede administrativa, com concessão de prêmio ao vencedor; a aquisição de material de expediente cujas especificações correspondem às usuais de mercado; e a contratação de solução tecnológica inovadora para integração de bases de dados, que exigirá a adaptação das soluções disponíveis no mercado e cujas especificações técnicas a Administração não consegue definir com precisão suficiente.

Ricardo, agente de contratação, foi encarregado de elaborar parecer indicando a modalidade licitatória adequada para cada uma das demandas. Durante a reunião de apresentação do parecer, um dos integrantes da equipe sugeriu, ainda, que algumas dessas contratações fossem processadas por meio de procedimento que reunisse características de mais de uma modalidade, a fim de conferir maior agilidade aos certames.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, no que se refere às modalidades de licitação, assinale a alternativa **correta**.

- a) a alienação dos veículos inservíveis deverá ser realizada mediante leilão, cuja condução deverá ser obrigatoriamente atribuída a leiloeiro oficial, sendo vedado à autoridade competente designar servidor para o exercício dessa função.
- b) a seleção do projeto arquitetônico poderá ser realizada por meio de concurso, adotando-se como

critério de julgamento o menor preço, de modo a assegurar a escolha da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração.

- c) a aquisição do material de expediente deverá ser processada por concorrência sempre que o valor estimado da contratação superar o limite legalmente fixado para o pregão, modalidade restrita às contratações de menor vulto.

- d) a sugestão apresentada na reunião poderá ser acolhida, pois a Lei nº 14.133/2021 admite a combinação entre as modalidades nela previstas, desde que a medida seja devidamente motivada e destinada a conferir maior eficiência ao procedimento.

- e) a contratação da solução tecnológica inovadora poderá ser realizada por meio de diálogo competitivo, devendo a Administração estabelecer prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação, e o procedimento deverá ser conduzido por comissão de contratação composta de, pelo menos, três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

36. Ao analisar as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União, um servidor examinou as regras relativas ao julgamento de contas, ao registro de atos de pessoal e aos efeitos das decisões da Corte. À luz da CF/1988, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União

- a) julga as contas anuais do Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional emitir parecer prévio sobre a regularidade da execução orçamentária.
- b) aprecia, para fins de registro, a legalidade das admissões de pessoal na administração federal, inclusive das nomeações para cargos de provimento em comissão.
- c) profere decisões com eficácia de título executivo quando delas resultar imputação de débito ou multa, independentemente de homologação pelo Congresso Nacional.
- d) julga as contas dos administradores da administração direta federal, mas apenas emite parecer sobre as contas dos responsáveis por entidades da administração indireta.
- e) realiza inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes da União, desde que previamente autorizado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.

37. Quanto à eficácia e à aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que as normas de eficácia

- a) plena dependem de regulamentação legislativa para produzir integralmente seus efeitos essenciais.
- b) contida possuem aplicabilidade imediata, mas admitem restrições nos limites constitucionalmente autorizados.
- c) limitada possuem aplicabilidade direta e imediata, podendo sofrer restrições por legislação posterior.
- d) plena e contida distinguem-se porque somente as primeiras produzem efeitos antes da regulamentação legislativa.

e) limitada de caráter programático estabelecem objetivos estatais, sem produzir efeitos jurídicos enquanto não regulamentadas.

38. De acordo com a CF/1988, quanto às competências das Casas do Congresso Nacional, cabe

- a) à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República pela prática de infrações penais comuns.
- b) à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, após arguição pública.
- c) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- d) ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República pela prática de crimes de responsabilidade.
- e) ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

NOÇÕES DE CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

39. O Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) disciplina os instrumentos utilizados na execução das atividades de fiscalização do Tribunal. Considerando essa disciplina, assinale a alternativa em que o instrumento indicado corresponde corretamente à finalidade descrita.

- a) Levantamento, utilizado para verificar o cumprimento das decisões expedidas pelo Tribunal e dos resultados delas advindos.
- b) Auditoria, utilizada para conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades jurisdicionados e subsidiar o planejamento das fiscalizações a serem realizadas pelas unidades técnicas.
- c) Acompanhamento, utilizado de forma pontual, sem período predeterminado, para examinar a legalidade dos atos de gestão de um exercício já encerrado.
- d) Inspeção, utilizada independentemente de programação, de forma rotineira ou eventual, para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos.
- e) Monitoramento, que alcança apenas as decisões do Tribunal que contenham determinações ao jurisdicionado, excluídas as recomendações e os compromissos assumidos em Termos de Ajustamento de Gestão.

40. Constatou-se, em determinada secretaria de estado, o extravio de bens públicos de valor expressivo sob a guarda de um servidor, sem que fosse possível o ressarcimento do dano mesmo após a adoção das providências administrativas ao alcance da autoridade competente. Considerando a disciplina da Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica do TCE/GO) e do Regimento Interno do Tribunal sobre a tomada de contas especial, assinale a alternativa correta.

- a) A instauração da tomada de contas especial é mera faculdade da autoridade administrativa, que, se deixar de instaurá-la, não sofre qualquer consequência.
- b) Esgotadas sem êxito as medidas ao seu alcance, a autoridade administrativa deverá instaurar a tomada de contas especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano; não o fazendo, o Tribunal determinará a instauração, fixando prazo para o cumprimento da decisão.
- c) Concluída na esfera administrativa, a tomada de contas especial será sempre encaminhada ao Tribunal para julgamento, sempre que houver dano apurado.
- d) Se o dano for de valor inferior à quantia fixada em cada ano civil, a tomada de contas especial será arquivada de imediato, sem julgamento e sem cancelamento do débito.
- e) Não instaurada ou não concluída a tomada de contas especial, o Tribunal deve aguardar a iniciativa da autoridade administrativa, sendo-lhe vedado instaurar auditoria especial para avaliar a gestão do jurisdicionado.

41. Ao fiscalizar a execução de contrato administrativo celebrado por órgão da administração federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou ilegalidade e assinou prazo para que o órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A determinação não foi atendida. Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto aos passos seguintes.

- a) A sustação do contrato será adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis; se, no prazo de noventa dias, o Congresso Nacional ou o Poder Executivo não efetivarem tais medidas, o Tribunal decidirá a respeito.
- b) O TCU deverá sustar diretamente a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- c) O TCU poderá anular, mediante decisão própria, o contrato e a licitação que o originou, dispensada a atuação do Congresso Nacional.
- d) Decorrido o prazo de noventa dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivem as medidas cabíveis, o Tribunal fica impedido de decidir a respeito, cabendo-lhe apenas arquivar o processo.
- e) O ato de sustação do contrato é adotado diretamente pelo TCU, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

42. Em município de pequeno porte, o prefeito acumula as funções de chefe do Poder Executivo e de ordenador de despesas. Em fiscalização, o tribunal de contas competente identificou dano ao erário na execução de contrato assinado pelo prefeito na qualidade de ordenador de despesas e julgou irregulares as contas de gestão, imputando débito e aplicando multa. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- a) A decisão do Tribunal de Contas somente produz efeitos após ser ratificada pela Câmara Municipal, por decisão de dois terços de seus membros.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas apenas emitir parecer prévio sobre as contas de gestão do prefeito, competindo à Câmara Municipal o julgamento.
- c) Julgadas irregulares as contas pelo Tribunal de Contas, o prefeito torna-se inelegível, independentemente de julgamento pela Câmara Municipal.
- d) A atuação do Tribunal de Contas limita-se à imputação de débito, sendo vedada a aplicação de sanções ao prefeito.
- e) O Tribunal de Contas tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito ordenador de despesas, imputando débito e aplicando sanções, independentemente de ratificação pela Câmara Municipal, preservada a competência exclusiva desta para fins de inelegibilidade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Noções de Administração Financeira e Orçamentária, assinale a alternativa correta.

43. Ao examinar a execução da receita de determinado exercício, a unidade de controle verificou que uma doação em espécie foi recebida pelo ente sem ter sido objeto de lançamento prévio. Um auditor sustentou que o procedimento seria irregular, pois toda receita orçamentária deveria percorrer, necessariamente, os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Considerando os estágios da receita pública, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor está correto, pois o lançamento constitui etapa obrigatória de toda receita orçamentária.
- b) O auditor está correto apenas quanto às receitas não tributárias, que dependem de lançamento para serem arrecadadas.
- c) O auditor está incorreto, pois, embora previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento formem a sequência geral dos estágios da receita, nem todas as receitas percorrem necessariamente todas essas etapas.
- d) O auditor está incorreto porque o lançamento somente pode ocorrer depois da arrecadação.
- e) O procedimento é regular apenas se a doação tiver sido previamente prevista na Lei Orçamentária Anual.

44. Uma unidade administrativa empenhou despesa referente à prestação de serviço de manutenção. O serviço foi integralmente executado pelo contratado antes do encerramento do exercício, mas a Administração ainda não havia concluído a verificação documental necessária para reconhecer definitivamente o direito do credor.

À luz do tratamento dado pelo MCASP às fases da execução da despesa, a obrigação encontra-se

- a) a liquidar, porque o fato gerador da obrigação patrimonial ainda não ocorreu.
- b) em liquidação, porque o fato gerador ocorreu, embora a liquidação formal ainda não tenha sido concluída.
- c) liquidada, porque a execução material do serviço encerra automaticamente a liquidação.
- d) em pagamento, porque a prestação do serviço torna dispensável a conclusão da liquidação.
- e) em pré-empenho, porque a verificação documental antecede o reconhecimento da obrigação.

45. No encerramento do exercício, determinado órgão possuía três despesas regularmente empenhadas e ainda não pagas: a primeira já havia sido liquidada; na segunda, o fornecedor ainda não havia entregue os bens; na terceira, o serviço já havia sido prestado, mas a liquidação formal permanecia em andamento.

As três despesas serão classificadas, respectivamente, como

- a) restos a pagar processados; restos a pagar não processados a liquidar; e restos a pagar não processados em liquidação.
- b) restos a pagar processados; despesas de exercícios anteriores; e restos a pagar processados.
- c) restos a pagar não processados; restos a pagar não processados em liquidação; e despesas de exercícios anteriores.
- d) despesas de exercícios anteriores; restos a pagar não processados a liquidar; e restos a pagar processados.
- e) restos a pagar processados; restos a pagar processados; e restos a pagar não processados a liquidar.

46. Ao revisar obrigações de exercícios anteriores, a contabilidade identificou:

- I. despesa de exercício encerrado para a qual havia crédito próprio e saldo suficiente, mas que não se processou na época própria;
- II. resto a pagar cuja inscrição foi cancelada, permanecendo vigente o direito do credor;
- III. compromisso reconhecido pela Administração apenas após o encerramento do exercício correspondente;
- IV. resto a pagar processado regularmente inscrito e ainda pendente de pagamento.

Constituem hipóteses de Despesas de Exercícios Anteriores APENAS as situações

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

47. Um servidor recebeu suprimento de fundos no exercício X1 para custear despesas eventuais. Parte do valor adiantado não foi utilizada. Admita duas hipóteses distintas: na primeira, o saldo é restituído antes do encerramento de X1; na segunda, o recolhimento ocorre somente em X2.

O tratamento orçamentário da restituição será, respectivamente,

- a) receita orçamentária em X1 e anulação de despesa em X2.
- b) anulação de despesa em X1 e receita orçamentária em X2.
- c) ingresso extraorçamentário em ambos os exercícios.
- d) receita extraorçamentária em X1 e receita orçamentária em X2.
- e) anulação de despesa em ambos os exercícios.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

48. De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, em relação à depreciação, tem-se que

- a) o valor residual e a vida útil do ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício, e a alteração das expectativas deve ser contabilizada como mudança de política contábil.
- b) a depreciação deixa de ser reconhecida enquanto o valor justo do ativo exceder o seu valor contábil, ainda que o valor residual seja inferior ao valor contábil.
- c) a depreciação se inicia quando o ativo está disponível para uso e não cessa quando ele se torna ocioso ou é retirado de uso e mantido à disposição, a menos que esteja totalmente depreciado.
- d) o método de depreciação baseado na receita gerada pela atividade que inclui a utilização do ativo é apropriado, por refletir o padrão de consumo do seu potencial de serviços.
- e) os terrenos e as edificações adquiridos conjuntamente devem ser contabilizados como um único ativo e depreciados ao longo da vida útil estimada para a edificação.

49. A Procuradoria-Geral do Estado fictício de Órion informou à contabilidade, em 31/12/2025, a posição dos processos judiciais em que o Estado é parte, todos com estimativa confiável de valor:

Processo	Posição do Estado	Montante estimado	Avaliação da Procuradoria
1	Réu	R\$ 600.000,00	Perda provável
2	Réu	R\$ 450.000,00	Perda possível
3	Réu	R\$ 300.000,00	Perda remota
4	Autor	R\$ 250.000,00	Ganho provável

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, nas demonstrações contábeis de 31/12/2025, o Estado deve

- a) reconhecer provisão de R\$ 600.000,00 e divulgar em notas explicativas o passivo contingente de R\$ 450.000,00 e o ativo contingente de R\$ 250.000,00.
- b) reconhecer provisão de R\$ 1.050.000,00 e divulgar em notas explicativas o passivo contingente de R\$ 300.000,00 e o ativo contingente de R\$ 250.000,00.
- c) reconhecer provisão de R\$ 600.000,00 e ativo de R\$ 250.000,00 e divulgar em notas explicativas o passivo contingente de R\$ 450.000,00.
- d) reconhecer provisão de R\$ 600.000,00 e divulgar em notas explicativas o passivo contingente de R\$ 750.000,00 e o ativo contingente de R\$ 250.000,00.
- e) reconhecer provisão de R\$ 600.000,00 e divulgar em notas explicativas o passivo contingente de R\$ 450.000,00, sem qualquer menção ao processo 4.

50. O Município Audazes do Cerrado apresentou os seguintes dados da execução orçamentária da despesa referentes ao exercício financeiro de 2025:

Dotação atualizada	R\$ 5.000.000,00
Empenhos emitidos no exercício	R\$ 4.800.000,00
Empenhos anulados no exercício	R\$ 200.000,00
Despesas liquidadas	R\$ 4.100.000,00
Despesas pagas	R\$ 3.700.000,00
Restos a pagar de exercícios anteriores pagos em 2025	R\$ 150.000,00

Sabendo-se que todas as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2025 foram inscritas em restos a pagar, os valores inscritos em restos a pagar processados e em restos a pagar não processados foram, respectivamente e em reais,

- a) 500.000,00 e 400.000,00.
- b) 400.000,00 e 700.000,00.
- c) 250.000,00 e 500.000,00.
- d) 400.000,00 e 500.000,00.
- e) 400.000,00 e 900.000,00.

51. Considere as seguintes operações registradas, no exercício de 2025, pela contabilidade do Estado fictício de Antares:

- I. Reconhecimento da contribuição patronal devida pela Secretaria de Estado da Saúde ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado.
- II. Doação de um imóvel do Estado a um município localizado em seu território.
- III. Reconhecimento da depreciação mensal dos veículos da Secretaria de Estado da Fazenda.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sabendo-se que as entidades envolvidas integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) dos respectivos entes, as contas de variação patrimonial diminutiva utilizadas pelo Estado nas operações I, II e III apresentam, no 5º nível (subtítulo), respectivamente, os dígitos correspondentes a

- a) Consolidação, Inter OFSS – Município e Intra OFSS.
- b) Intra OFSS, Inter OFSS – Município e Consolidação.
- c) Intra OFSS, Inter OFSS – Estado e Consolidação.
- d) Inter OFSS – Estado, Intra OFSS e Consolidação.
- e) Intra OFSS, Consolidação e Consolidação.

52. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em relação ao Balanço Orçamentário, tem-se que

- a) a coluna Despesas Pagas inclui os pagamentos de restos a pagar processados efetuados no exercício de referência.
- b) o superávit orçamentário é apresentado junto às receitas, e o déficit, junto às despesas, a fim de demonstrar o equilíbrio do demonstrativo.
- c) o resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas no exercício de referência.
- d) o demonstrativo é composto pelo Quadro Principal e pelo Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- e) o superávit financeiro de exercícios anteriores utilizado para abertura de créditos adicionais não integra o cálculo do resultado orçamentário.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

53. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, estabelece os princípios que devem reger a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre os princípios básicos da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da eficiência foi previsto na redação original da Constituição de 1988, ao lado da legalidade e da moralidade.
- b) O princípio da impessoalidade impõe que a atuação administrativa se volte ao interesse público, vedando favorecimentos ou perseguições de caráter pessoal.
- c) O princípio da publicidade admite o sigilo como regra geral dos atos administrativos, sendo a divulgação a exceção.

d) O princípio da legalidade permite ao administrador público fazer tudo aquilo que a lei não proíba expressamente.

e) O princípio da moralidade confunde-se com o da legalidade, de modo que todo ato legal é necessariamente moral.

54. A administração pública gerencial, difundida no Brasil sobretudo a partir da reforma dos anos 1990, propôs uma nova forma de gerir a coisa pública, com ênfase em resultados e na satisfação do cidadão.

A respeito da administração gerencial e do desempenho da gestão pública, assinale a alternativa correta.

- a) A administração gerencial mantém o foco nos procedimentos e no controle de processos, em detrimento dos resultados.
- b) Eficiência, eficácia e efetividade são termos equivalentes, todos referidos ao alcance das metas planejadas.
- c) A efetividade relaciona-se ao uso racional dos recursos empregados na execução das atividades.
- d) A administração gerencial orienta-se para resultados e para o cidadão, incorporando ferramentas de gestão do setor privado com as devidas adaptações.
- e) A gestão pública e a gestão privada não apresentam diferenças, pois ambas perseguem o lucro como finalidade.

55. Nas organizações formais modernas, a definição da estrutura organizacional e dos critérios de departamentalização é essencial para o agrupamento das atividades e a distribuição da autoridade.

Sobre estrutura organizacional e departamentalização, assinale a alternativa correta.

- a) A departamentalização funcional agrupa as atividades de acordo com as funções principais da organização, como finanças, produção e recursos humanos.
- b) A departamentalização por clientes agrupa as atividades segundo as regiões geográficas de atuação da organização.
- c) A estrutura matricial caracteriza-se pela existência de uma única linha de autoridade e de comando.
- d) A amplitude de controle corresponde ao número de níveis hierárquicos existentes na organização.
- e) A departamentalização por processos agrupa as atividades conforme os produtos ou serviços oferecidos ao mercado.

56. O processo organizacional é composto por funções administrativas que se articulam de forma contínua e cíclica na gestão das organizações, sendo o processo decisório parte essencial dessa dinâmica.

Sobre o processo organizacional e o processo decisório, assinale a alternativa correta.

- a) A função de organização consiste em fixar previamente os objetivos e os meios necessários para alcançá-los.
- b) A função de controle antecede a de planejamento no encadeamento lógico do processo administrativo.
- c) A função de direção restringe-se à disposição dos recursos materiais e financeiros da organização.
- d) No modelo de racionalidade limitada, o decisor alcança a solução ótima após examinar o conjunto completo de alternativas.
- e) A função de controle compara os resultados alcançados com os padrões estabelecidos, permitindo a adoção de ações corretivas.

57. Os conceitos de governança e de governabilidade, assim como os instrumentos de transparência e de acesso à informação, são centrais para a administração pública contemporânea.

A respeito de governança, governabilidade e transparência, assinale a alternativa correta.

- a) A governabilidade refere-se à capacidade técnica e gerencial de implementar as políticas, sem relação com o apoio político ao governo.
- b) A transparência ativa ocorre quando o cidadão solicita formalmente a informação ao órgão público.
- c) A governança pública compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados a dirigir e a monitorar a atuação da gestão pública.
- d) Na Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação tem como regra o sigilo, sendo a publicidade admitida em caráter excepcional.
- e) Governança e governabilidade são sinônimos, pois ambas designam as condições de legitimidade política do governo.

ADMINISTRAÇÃO GERAL*Elisabete Moreira*

58. A Teoria de Sistemas revolucionou o estudo da Administração ao introduzir a visão de que a organização atua em constante intercâmbio com o seu macroambiente. Com base nessa premissa e nas propriedades inerentes aos sistemas abertos, assinale a opção que descreve corretamente um de seus princípios teóricos fundamentais:

- a) A entropia negativa refere-se ao processo inevitável de desgaste e desorganização do sistema, difícil de ser contornado pela gestão.
- b) A homeostase dinâmica implica a busca pelo equilíbrio do sistema, dificultando o crescimento organizacional para garantir a invulnerabilidade de suas fronteiras.
- c) O princípio da equifinalidade estabelece que um sistema aberto pode alcançar o mesmo estado final a partir de diferentes condições iniciais e por caminhos e processos variados.
- d) A fronteira de um sistema aberto é impermeável, garantindo que variáveis exógenas e turbulências macroeconômicas não interfiram no núcleo técnico produtivo.
- e) O conceito de diferenciação sistêmica sinaliza que as organizações tendem a simplificar suas estruturas internas à medida que crescem, fundindo áreas funcionais.

59. Gareth Morgan, em sua obra seminal, propõe a compreensão das organizações por meio de metáforas, as quais iluminam diferentes dimensões da realidade institucional. Uma delas, a abordagem que concebe as organizações como conjuntos de variáveis interativas que sobrevivem adaptando-se a um ambiente mutável, enfatizando o ciclo de vida e a homeostase, corresponde à metáfora da organização como:

- a) Máquina.
- b) Cérebro.
- c) Organismo vivo.
- d) Sistema político.
- e) Prisão psíquica.

60. As organizações contemporâneas recorrem frequentemente ao gerenciamento de projetos para implementar suas estratégias, criar produtos e promover inovações. Distanciando-se das rotinas de processos operacionais, os projetos possuem características singulares. Considerando as noções fundamentais de gerenciamento de projetos, assinale a alternativa correta:

- a) Um projeto caracteriza-se por ser um esforço permanente e cíclico, destinado a manter o volume de produção de bens na organização.
- b) A restrição tripla em projetos é definida como a interdependência entre escopo, tempo e custo; assim, a alteração em um desses fatores comumente afetará, no mínimo, um dos demais.
- c) O ciclo de vida do projeto é padronizado, sendo composto pelas fases de introdução, crescimento, maturidade e declínio.
- d) O gerenciamento do escopo tem como premissa absorver proativamente requisitos adicionais não previstos, a exemplo do *gold plating*, visando superar as expectativas dos clientes.
- e) A rede PERT consiste num instrumento de controle do tempo das atividades, considerando o tempo otimista, provável e pessimista, com vistas a apontar o caminho crítico.

61. O processo decisório nas organizações públicas e privadas é frequentemente analisado sob a ótica da racionalidade limitada, teoria consagrada por Herbert Simon, na década de 50. Considerando a tipologia das decisões e os modelos de tomada de decisão, é correto afirmar que:

- a) As decisões não programadas baseiam-se em manuais e procedimentos operacionais previamente estabelecidos para encontrar uma solução adequada
- b) O modelo de racionalidade limitada pressupõe que o gestor detém informações perfeitas, porém opta conscientemente por ignorá-las para acelerar o fluxo dos processos.
- c) A teoria clássica pressupõe um processo decisório heurístico, onde o decisor econômico se satisfaz com o primeiro curso de ação razoável.
- d) As decisões programadas lidam com problemas estruturados, ao passo que o modelo da racionalidade limitada evidencia que o ser humano busca decisões “satisfacientes” em vez de otimizadoras.
- e) O modelo da lata de lixo ou *garbage can* descreve um processo decisório linear e previsível, típico de ambientes burocráticos estáveis.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

62. O fragmento a seguir foi extraído do site do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO):

“Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do TCE-GO.
- b) a missão do TCE-GO.
- c) o negócio do TCE-GO.
- d) a estratégia do TCE-GO.
- e) os valores do TCE-GO.

63. Ao aplicar a análise SWOT, a empresa SF123 constatou que a maior parte de suas unidades apresenta deficiência na qualificação dos empregados e utiliza equipamentos tecnologicamente defasados. A organização também verificou que um de seus principais concorrentes deixou de atuar no mercado em razão de falência.

À luz da análise SWOT, os aspectos identificados correspondem, respectivamente, a

- a) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- b) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- c) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- d) forças de outras organizações perante a empresa SF123 e oportunidades ambientais.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

64. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), em uma fiscalização realizada em determinada entidade pública, recomendou que a entidade adotasse medidas para elevar a eficiência de seus processos, mensurar a percepção da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários, aprimorar seu controle financeiro e avaliar o nível de capacitação dos servidores.

A ferramenta gerencial mais adequada para atender a essas quatro recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) à entidade auditada é o (a)

- a) Análise SWOT
- b) Matriz Ansoff
- c) Matriz BCG
- d) Matriz GUT
- e) Balanced Scorecard

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL*Douglas Schneider*

65. Um servidor recusou a indicação para chefiar uma equipe de fiscalização. Ele evita disputas com os colegas e ajuda o grupo a cumprir prazos apertados.

Ao explicar sua decisão, afirmou que sua principal fonte de satisfação no trabalho é a convivência próxima com a equipe.

Segundo a teoria das necessidades de McClelland, nesse caso,

- a) predomina a realização, pois ajudar nos prazos revela busca de padrões de excelência
- b) predomina a afiliação, pois o servidor prioriza vínculos próximos e amigáveis no trabalho
- c) predomina o poder, pois ter sido indicado à chefia demonstra busca de influência
- d) predomina a realização, pois recusar a chefia preserva a responsabilidade pessoal pelos resultados
- e) predomina o poder, pois ajudar colegas amplia sua influência informal sobre a equipe

66. A chefia de uma unidade assumiu uma equipe que domina as tarefas sob sua responsabilidade. Após uma reestruturação, porém, os servidores passaram a demonstrar desânimo e resistência, embora continuassem capazes de executá-las.

De acordo com a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, o estilo adequado é o de

- a) dar instruções específicas e acompanhar de perto a execução de cada tarefa
- b) explicar as decisões, orientar tecnicamente a execução e oferecer apoio pessoal
- c) transferir as decisões e a execução aos servidores, com intervenção mínima da chefia
- d) compartilhar decisões e oferecer apoio, sem ensinar tarefas que a equipe já domina
- e) compartilhar decisões e reforçar instruções detalhadas sobre as tarefas já dominadas

67. Depois de uma reforma, um órgão alterou a disposição das salas, os símbolos institucionais, a forma de tratamento entre chefias e servidores e as histórias contadas na recepção de novos integrantes.

Apesar dessas mudanças visíveis, uma análise posterior indicou que permaneceram as crenças inconscientes que orientavam o modo de agir dos servidores.

À luz dos níveis da cultura organizacional de Schein, conforme apresentados por Chiavenato (2014),

- a) a reforma modificou os artefatos observáveis, mas não alcançou as pressuposições básicas
- b) a reforma modificou os valores compartilhados, enquanto as pressuposições básicas permaneceram estáveis
- c) a análise revelou artefatos, enquanto as mudanças visíveis atingiram valores compartilhados
- d) as crenças inconscientes constituem valores compartilhados, e os símbolos integram as pressuposições básicas
- e) os símbolos e as histórias são pressuposições básicas, enquanto o modo de agir corresponde aos artefatos

GESTÃO DE PESSOAS*Douglas Schneider*

68. Uma organização divulgou uma vaga entre seus empregados. Como não encontrou alguém que reunisse os requisitos, passou a divulgar a oportunidade no mercado e recebeu candidaturas de pessoas que não integravam seu quadro.

Segundo Chiavenato (2014), quanto às modalidades de recrutamento,

- a) a primeira busca foi externa, porque antecedeu a seleção para a vaga, e a segunda foi interna, porque se orientou por requisitos definidos pela organização.
- b) as duas buscas foram externas, pois a identificação dos requisitos da vaga ocorreu antes da escolha dos candidatos.
- c) a primeira busca foi interna, por alcançar pessoas do próprio quadro, e a segunda foi externa, por alcançar candidatos no mercado.
- d) a primeira busca correspondeu à seleção interna, pois os empregados interessados já mantinham vínculo com a organização.
- e) a segunda busca correspondeu à seleção externa, pois a oportunidade já havia sido divulgada ao público interno.

69. Antes de contratar cursos, a área de gestão de pessoas de um órgão verificou os conhecimentos e as habilidades requeridos pelas atividades de cada unidade e os comparou com aqueles já dominados pelos servidores.

Segundo Chiavenato (2014), no processo de treinamento, essa providência corresponde à etapa de

- a) desenho do programa de treinamento
- b) execução do treinamento
- c) avaliação dos resultados
- d) monitoração do processo
- e) diagnóstico das necessidades

70. Na avaliação de desempenho, cada supervisor recebe grupos de afirmações sobre comportamentos no trabalho. Em cada grupo, deve marcar a afirmação que melhor representa o servidor e aquela que menos o representa.

Segundo Chiavenato (2014), o procedimento adotado

- a) corresponde às escalas gráficas, nas quais fatores previamente definidos e graduados são registrados em formulário de dupla entrada.
- b) corresponde aos incidentes críticos, nos quais ocorrências excepcionalmente positivas ou negativas orientam a avaliação.
- c) corresponde à pesquisa de campo, na qual o especialista de RH entrevista o gerente para avaliar cada integrante da equipe.
- d) corresponde à escolha forçada, que utiliza blocos de frases para reduzir a generalização e a influência pessoal do avaliador.
- e) corresponde às listas de verificação, nas quais uma relação de fatores funciona como lembrete das características avaliadas.

REDAÇÃO**Texto I**

A transparência do Estado se efetiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democráticas as relações entre o Estado e a sociedade civil e contribui decisivamente para a consolidação da democracia no país. (Adaptado de Matias-Pereira)

Texto II

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso XXXIII)

Texto III

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; [...] desenvolvimento do controle social da administração pública. (Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL: O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA NO BRASIL

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
